

Comprometidos com o enfrentamento ao COVID-19

Estamos focados em levar equipamentos de proteção individual aos profissionais que estão na linha de frente no combate à pandemia

Continuidade na crise: Como executar serviços eficazes durante a COVID-19

APRIL 3, 2020

Solidariedade S/A: conheça ações solidárias de empresas e empresários durante a pandemia

A partir desta terça-feira (14) – e enquanto durar a pandemia – o jornal Nacional vai mostrar as ações de empresas e empresários que estão fazendo para ajudar no combate ao novo coronavírus.

Pandemia de Covid-19 desperta a solidariedade de empresas em todo o país

Mesmo clientes e fornecedores estão ajudando. Empresas adotam iniciativas de combate a propagação do vírus, oferecem descontos e medicações para tentar manter empregos

Empresas adotam iniciativas de combate a propagação do vírus, oferecem descontos e medicações para tentar manter empregos

Supere a incerteza: Enfrentando os impactos da Covid-19 nas pessoas e nas empresas

MAY 14, 2020

Solidariedade S/A: a hipocrisia de empresas e bancos, que doam migalhas diante de seus lucros

A campanha da Rede Globo é uma resposta a iniciativas dos movimentos sociais. Querem a taxação das grandes fortunas e solidariedade de classe, para salvar vidas e mudar o futuro

Cauê Campos* e Toninho Aves**, de Campinas, SP

Publicado em: 13/04/2020 02h22



EMPRESAS PARCEIRAS NO COMBATE AO CORONAVIRUS



SOLIDARIEDADE S/A

O CAPITAL VESTE SUA MÁSCARA PARA "ENFRENTAR" A PANDEMIA DA COVID-19

MAIORES EMPRESAS DOADORAS DO BRASIL

TROFEU SOLIDARIEDADE



Sua Empresa Salva Vidas

Reúna seu time e colabore nesta causa de amor e solidariedade

Não podemos deixar que o vírus nos impeça de

REALIZAÇÃO

Rede Alerta Contra o
Deserto Verde
ATBR
WRM
FASE - ES
AMA Guaíba
FÓRUM CARAJÁS

APOIO

Amigos da Terra Brasil
Sociedade Sueca de
Conservação da Natureza

DIAGRAMAÇÃO:

Heitor Jardim

REVISÃO:

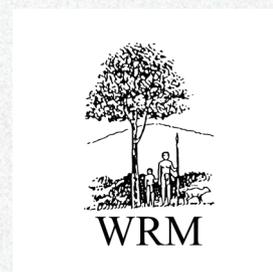
Caroline Ferraz
Raquel Casiraghi
Luana Hanauer
Letícia Paranhos

TRANSCRIÇÃO:

Lucas Amorim

COORDENAÇÃO POLÍTICA:

Organizações da sociedade
civil organizada que compõe
a Rede Alerta Contra os
Desertos Verdes



INTRODUÇÃO

Uma rede de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais lançou em julho de 2020 a carta “A farsa das doações no combate à Covid-19 nos setores de plantações de monoculturas de árvores, agronegócio, petróleo e mineração no Brasil”, em que denuncia a falsa solidariedade das empresas no contexto de crise sanitária em que o país está imerso.

A carta expõe ações das empresas que aproveitam o momento de crise potencializado pela pandemia da Covid-19 para fortalecer a boa imagem de suas marcas com doações a populações em situação de vulnerabilidade. Ao passo que seguem operando em meio à pandemia, expondo os próprios trabalhadores e trabalhadoras ao risco de contaminação, é o que ocorre em vários municípios ladeados pelas empresas onde se verificou explosão de casos. A carta ressalta, ainda, o papel desempenhado pelas organizações e movimentos sociais que – sem receber o mesmo papel de destaque na imprensa – prestam solidariedade a populações carentes das zonas urbana e rural doando alimentos e materiais de limpeza em uma rede de apoio construída de Norte a Sul no país.

Para seguir debatendo o tema das falsas soluções e a captura corporativa relacionada às ações de doações empresariais, as organizações Rede Alerta Contra o Deserto Verde, Amigos da Terra Brasil, FASE, Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM - World Rainforest Movement) e Associação Amigos do Meio Ambiente de Guaíba (AMA Guaíba) promoveram a roda de conversa “A farsa das doações no combate à Covid-19”. Na atividade realizada de forma virtual, companheiras e companheiros de organizações camponesas, pescadores, indígenas, quilombolas, sindicalistas e ambientalistas debateram sobre como as grandes empresas de diferentes setores se apropriam do momento para limpar a imagem de violadoras por meio de uma falsa solidariedade com doações e como isso impacta e afeta diferentes territórios. Estas doações aparentam retorno social, mas de fato, trata-se de uma estratégia para maquiar e colorir suas ações de "solidariedade", fortalecendo a imagem de suas marcas com propaganda positiva.

Os diálogos, análises e depoimentos se materializam também neste material. Entendendo a importância da atividade ocorrida em agosto de 2020, sentiu-se a necessidade de promover materiais para que possamos seguir dialogando e amadurecendo a respeito das violações sistêmicas das empresas. Neste sentido, lançamos esta publicação, no qual reunimos os diálogos, análises, depoimentos e denúncias das ações das empresas, como também as ações e alternativas que emergem dos territórios e da organização popular.

Boa leitura!

GRANDES EMPRESAS

**DE DIFERENTES SETORES
SE APROPRIAM DO
MOMENTO PARA LIMPAR
A IMAGEM DE
VIOLADORAS POR MEIO
DE UMA FALSA
SOLIDARIEDADE COM
DOAÇÕES**

TIRANDO A MÁSCARA DAS TRANSNACIONAIS

A LÓGICA POR TRÁS DO SLOGAN DA "SOLIDARIEDADE" EMPRESARIAL: QUEM ESTÁ NO CENTRO DE UMA ARQUITETURA DE IMPUNIDADE SÓ TEM COMO OBJETIVO O LUCRO

Letícia Paranhos

Amigos da Terra Brasil e Coordenadora do Programa Justiça Econômica e Resistência ao Neoliberalismo da Amigos da Terra Internacional

Faz-se necessário denunciar a falácia da "solidariedade" S/A. Não é possível usar esse termo sem pôr as aspas porque esta palavra pertence aos Movimentos Sociais, mas foi capturada pelo capital. A solidariedade real é um princípio e uma prática dos Movimentos Sociais Populares. O que as empresas fazem é uma maquiagem, disfarçada de caridade. As corporações estão utilizando a palavra para criar um slogan que elas possam vender, mercantilizar, aumentar e proteger os seus próprios lucros.

A partir da convergência entre as atrizes e atores, que estão fazendo denúncias contra a atuação das transnacionais durante a pandemia, por meio de uma carta, também é possível ecoar e fortalecer as redes de solidariedade e de resistência. Isso permite construir a solidariedade real de classe, entre campo e cidade, que de fato indica caminhos e dá esperança frente esse cenário de crise, de violência e de empobrecimento frente a uma situação pandêmica e um governo de ultra direita, conservador e neoliberal.

É importante frisar que essa crise de hoje na verdade é um problema antigo. Ela é resultado de uma crise sistêmica, e a Covid-19 contribuiu para radicalizar as opressões que a sociedade já vinha encarando: de classe, de raça e de gênero. Esse

contexto vem servindo para desmascarar o fascismo, tanto das empresas quanto do próprio governo, para quem ainda não tinha isso nítido, mostrando que para eles "as nossas vidas são descartáveis, as nossas vidas não importam".

Os serviços do agronegócio e da mineração, apesar de caminharem no sentido oposto ao da saúde da população, foram considerados essenciais, não parando suas atividades durante a pandemia. A revolta contra essa situação foi respondida com um grande "e daí, eu não sou coveiro", por parte do presidente Bolsonaro. As empresas investiram pesado em lobby, que foi o que garantiu que o seu serviço/lucro fosse considerado essencial, mesmo o Brasil sendo o epicentro de uma crise sem precedentes, que já levou à morte de mais de quinhentas mil pessoas.

Um exemplo que se tornou clássico de lobby bem feito é a "boiada" do Ricardo Salles, ex-ministro do Meio Ambiente. É impressionante ver que o responsável pela pasta ambiental entenda, e exponha, que o momento mais triste que a sociedade brasileira possa estar vivendo seja o momento oportuno para destruir o que sobrou da legislação ambiental.

**É IMPORTANTE FRISAR QUE ESSA
CRISE DE HOJE NA VERDADE É UM**

PROBLEMA ANTIGO

**ELA É RESULTADO DE UMA CRISE
SISTÊMICA, E A COVID-19
CONTRIBUIU PARA RADICALIZAR
AS OPRESSÕES QUE A SOCIEDADE
JÁ VINHA ENCARANDO: DE
CLASSE, DE RAÇA E DE GÊNERO**

Está explícito que as atividades ditas essenciais, citadas acima, nem sequer conseguem garantir condições seguras para as trabalhadoras e para os trabalhadores. Isso pode ser observado ao olhar para o enorme número de casos de trabalhadoras e trabalhadores expostos e contaminados nos seus locais de trabalho, onde não foram garantidas as medidas de segurança para a não disseminação do vírus.

Para limpar suas imagens diante de tudo que vem acontecendo, as empresas estão investindo em marketing. Essa "maquiagem" é uma estratégia utilizada

pelas transnacionais há muito tempo, e faz parte de um sistema que se convergiu chamar, entre organizações e movimentos sociais, de “arquitetura da impunidade”. Esta estratégia mantém as empresas transnacionais cada vez com mais poder, inclusive com mais poder que vários Estados. Quando se fala de poder, está relacionado ao poder econômico e ao político. Como exemplo pode-se citar as gigantes da tecnologia: Google, Microsoft, Apple, Amazon e outras. Dentro dessa arquitetura, que sempre privilegia empresas e que garante um círculo de violações de direitos, a impunidade é perpetuada.

Existe um outro elemento, que também vale a pena destacar. No momento do "plim plim", da reportagem que mostra a maquiagem/caridade S/A na Globo, torna-se completamente invisível o fato de que o valor das doações que as empresas fazem é insignificante quando se compara aos lucros absurdos obtidos por elas. Por isso, é necessário entender sobre as cadeias globais de produção.

Para melhor compreensão desse tema, existe um material muito didático, da Marcha Mundial das Mulheres, recém lançado: "Crítica feminista ao poder corporativo". Ele explica sobre as cadeias globais de produção e permite entender como essas empresas estão organizadas: as sedes no norte global e várias empresas terceirizadas, pessoas subcontratadas ao redor do mundo, sem saber para quem trabalham, direitos trabalhistas não reconhecidos, muitas mulheres migrantes, pessoas que não têm outra opção de emprego trabalham em jornadas e condições abusivas, inclusive em situações análogas à escravidão.

Há diversos crimes corporativos dessas empresas já comprovados ao redor do mundo contra defensoras e defensores de territórios, assassinatos, crimes de espionagem, etc. Há uma série infinita de violências que sustentam esse lucro e que poderiam ser discutidas com mais detalhes, relacionando-as com as farsas das doações. Estas, por sua vez, não representam nada perto da quantidade de isenções de impostos sobre exportação das grandes empresas de celulose, de setores do agronegócio, da mineração, por meio da Lei Kandir. Esta realidade gera condições cada vez mais precárias de trabalho, que aumentam a exploração dos povos e comunidades tradicionais, que estão resistindo a esses megaprojetos.

A enxurrada de propaganda, sobre a benevolência das empresas, também visibiliza os direitos que elas têm de renegociar suas dívidas com o Estado, além de receberem generosos empréstimos. É o exemplo da Suzano, uma empresa violadora do setor da celulose, que planta monocultivos de árvores. Esta empresa, que aparece em horário nobre na televisão como caridosa com as suas doações, já recebeu R\$ 6 bilhões em dinheiro público em forma de empréstimos durante a crise.

Um outro exemplo de maquiagem que é bastante simbólico, e que ilustra a arquitetura da impunidade, é o da Fundação Renova. Na verdade, esta é a cara maquiada da Vale, Samarco, BHP, que gastou R\$ 32 milhões em propaganda sobre reparação em 2018. A publicidade foi muito eficiente, mas a reparação, nas palavras de alguns companheiros do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), é um desastre dentro do próprio desastre. Não é fácil cometer o maior

crime socioambiental da história do país, até hoje não ter reconhecido os direitos das atingidas e dos atingidos, e mesmo assim conseguir limpar a própria imagem. Mas claro que os acionistas dos Estados Unidos já receberam as suas reparações, porque nem só de maquiagem vivem as empresas.

Também é importante entender como funcionam as transnacionais, entender a importância de enfrentar esse poder corporativo, desmercantilizar a vida e a política e derrotar o autoritarismo de mercado, porque o monstro é grande. E o fato das transnacionais e o capital terem criado a “arquitetura da impunidade” os fez muito mais fortes ao longo da história. Olhar para essa história é de fundamental importância, mesmo que as empresas mudem de nome ao longo do tempo.

E O FATO DAS TRANSNACIONAIS E O CAPITAL TEREM CRIADO A

ARQUITETURA DA IMPUNIDADE

OS FEZ MUITO MAIS FORTES AO LONGO DA HISTÓRIA. OLHAR PARA ESSA HISTÓRIA É DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA, MESMO QUE AS EMPRESAS MUDEM DE NOME AO LONGO DO TEMPO

A primeira transnacional criada, que ficou mais famosa em 1621, e que se houvesse a Rede Globo na época ia estar passando no horário nobre, foi fundada por religiosos. Ela tinha o monopólio de pessoas escravizadas e foi responsável pelo maior conflito político/militar do Brasil colonizado: a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Essa é a história, as transnacionais nunca foram e nunca serão benevolentes.

De 1621 até hoje elas cresceram, tanto em poder quanto em impunidade. A estratégia de marketing, utilizada nesse slogan de “solidariedade” S/A, segue a cartilha das empresas, na qual o objetivo é o lucro. Para o funcionamento dessa lógica a publicidade é fundamental.

Por meio da propaganda é possível pintar a transnacional de verde para o Meio Ambiente, de lilás para as questões de gênero, incluir falsamente uma perspectiva racial ou mesmo de que cumpre com as leis trabalhistas. Mas mesmo maquiado e cheio de cores, o capitalismo é sempre baseado na exploração, e as corporações estão no centro do sistema capitalista. Elas tentam capturar as práticas e princípios dos Movimentos Sociais. Estão fazendo isso agora com a “solidariedade” S/A para acumular mais riqueza e poder, porque esse sempre é o objetivo.

Por fim, o Brasil chega nesse cenário de crise, com um governo antidemocrático e pós-golpe de Estado. Existem matérias demonstrando, por exemplo, como a Shell, uma empresa transnacional holandesa, dinamitou a democracia brasileira. Existem vários estudos demonstrando como as empresas rompem democracias.

A sociedade brasileira está enfrentando essa pandemia com um Estado capturado, golpeado pelas transnacionais. Mas onde estão as injustiças também ecoam as resistências contra o poder corporativo, e a articulação para dismantelar o poder das transnacionais. Ao mesmo tempo a sociedade organizada demanda políticas públicas concretas, disputa a arena política e o fortalecimento da democracia, enquanto continua construindo a solidariedade real em cada canto do Brasil, colocando a vida no centro da política e da economia, e fortalecendo alianças entre a classe trabalhadora do campo e da cidade. Essa é a solidariedade real que se faz na luta diária, de quem enfrenta o mesmo monstro e não vai se calar diante de mais essa falsa solução do capital transnacional.

TIRANDO A MÁSCARA DAS TRANSNACIONAIS

O MODUS OPERANDI DAS TRANSNACIONAIS

Beto Loureiro
FASE/ES

Há muitos anos, a indústria celulósica vem tomando os territórios indígenas, quilombolas e camponeses no estado do Espírito Santo. Ao longo desse processo, as empresas desse setor vêm construindo uma farsa social e ambiental. Agora com a crise sanitária causada pela pandemia da Covid, eles se apresentam novamente como benfeitores da sociedade, com a farsa da “solidariedade” S/A.

A indústria de papel e celulose se instalou no Espírito Santo nos anos 70. Primeiro se chamava Aracruz Celulose, depois o nome mudou para Fibria, e agora chama-se Suzano. Essa empresa, ao mesmo tempo que causava várias crises, apresentava as falsas soluções. Como exemplo, pode-se citar a destruição da mata atlântica causada por essa indústria, que hoje se apresenta como reflorestadora e recuperadora de mata.

Ainda nos anos 70, durante o processo de instalação da Aracruz, foram represados mais de 20 córregos, o que causou uma profunda crise hídrica na comunidade da Barra do Riacho. Porém, anos depois, quando a água desses riachos represados já não era suficiente para abastecer a indústria, eles passaram a utilizar um rio federal, o Rio Doce.

Da mesma forma que estas empresas fazem hoje, com a farsa da “solidariedade”, elas se apresentavam como solução da crise hídrica da Barra do Riacho. O argumento deles era que iam levar a água do Rio Doce para abastecer a comunidade.

Esta mesma estratégia foi utilizada no programa de fomento florestal. Há alguns anos, o governo do Espírito Santo criou uma lei que proibia as empresas de comprarem terras e plantarem eucalipto. Para driblar esta lei, a indústria

celulósica criou um programa de fomento com o “argumento” de que os agricultores teriam madeira para usar em suas propriedades. Porém isso era mentira, porque o objetivo do programa era que os pequenos produtores plantassem o eucalipto que as empresas precisavam para moverem suas fábricas. Um outro tema no território capixaba é a mineração.

Apesar do estado não ter exploração de minas, existem usinas de transformação da Vale e da Samarco, que no final das contas é uma empresa só. Elas não pararam durante a pandemia, e se apresentaram como uma grande doadora no combate à Covid.

Toda a população do Vale do Rio Doce teve o seu modo de vida e o seu modo de subsistência completamente destruídos pela Vale e Samarco após o rompimento da barragem de Mariana. Ou seja, as pessoas tiveram suas vidas destruídas há mais de cinco anos, e algumas ainda não receberam indenização. Além disso, o rejeito da mineração chegou à costa do Espírito Santo, destruindo também o modo de vida e as condições de subsistência de várias comunidades de pescadores e pescadoras.

**TODA A POPULAÇÃO DO
VALE DO RIO DOCE TEVE O
SEU MODO DE VIDA E O SEU
MODO DE SUBSISTÊNCIA
COMPLETAMENTE
DESTRUÍDOS PELA VALE E
SAMARCO APÓS O**

**ROMPIMENTO
DA BARRAGEM
DE MARIANA**

Uma outra empresa, a Petrobras, diminuiu a produção porque não teve condições de operar, uma vez que muitos dos seus trabalhadores foram contaminados pelo coronavírus. Isto deixa claro que o lucro está sempre acima da vida.

O objetivo das empresas capitalistas é sempre obter lucro, e para tanto passam por cima de tudo. Essas empresas estão se aproveitando das mudanças das leis trabalhistas, que foram aprovadas no governo passado (Michel Temer) e estão sendo mais desmanteladas pelo atual, e estão destruindo completamente a organização dos trabalhadores, as possibilidades de resistir e de melhorar as condições de vida.

Essas empresas transnacionais se apresentam como salvadoras da pátria a cada crise. Porém elas são as causadoras de todas essas tragédias. Neste sentido, alguns cientistas afirmam que esse vírus, (que teoricamente apareceu primeiro em uma cidade na China), e outros que estão surgindo, podem estar sendo “despertados” por conta do aquecimento global, que por sua vez é causado pela queima dos combustíveis fósseis.

Como percebe-se, com o passar dos anos as transnacionais vão aprimorando essa falsidade, que já faz parte do modus operandi, como já foi apontado anteriormente. A falta de água, a falta de condições hídricas, onde as indústrias de celulose e papel imperam, foram causadas também por estas empresas. Ou seja, elas não são da “solidariedade”, elas são as destruidoras de toda possibilidade de vida que a gente vai ter no futuro.

AS MÚLTIPLAS FACES DO CAPITAL E A LUTA DOS
POVOS EM DIFERENTES TERRITÓRIOS BRASILEIROS

ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

Marília Gonçalves
*Militante do Movimento dos Trabalhadores
Sem Terra (MST) em Herval/RS*

No momento em que foi declarada a pandemia, a população do extremo sul do Rio Grande do Sul teve suas expectativas frustradas ao perceber que as empresas da região não iam parar. Os caminhões da CPMC Celulose continuam transportando a madeira colhida dos monocultivos de eucalipto. A população local ficou preocupada, vendo que ia ser difícil manter o isolamento social nesta situação.

Devido às limitações impostas pela pandemia, os movimentos sociais ficaram impossibilitados de sair às ruas para fazer suas reivindicações, e passaram a tentar entender a melhor forma de atuação nesta nova realidade. Assim, aos poucos eles conseguiram se organizar, principalmente para entender a farsa das empresas, que é uma realidade histórica na região e no Brasil.

Uma das primeiras grandes farsas foi a Revolução Verde. Era um projeto de desenvolvimento rural “para salvar o mundo da fome”. Mas o que aconteceu de fato foi o endividamento dos pequenos produtores, sendo que muitos destes perderam suas terras para os bancos. Também houve a implementação da agricultura mecanizada, com a adoção do pacote tecnológico (de semente, de adubos, agrotóxicos etc).

A partir disso, também se iniciou o plantio de eucalipto no sul do Rio Grande do Sul, que se tornou em um enfrentamento histórico também em outras regiões do Brasil.

O agronegócio nunca parou nesta pandemia, pois sua prioridade é a produção de commodities e a geração de lucros. Porém, apareceram várias empresas se colocando como solidárias. Isso é uma hipocrisia, pois as empresas do setor do agronegócio não são solidárias nem com seus empregados, nem com as pessoas que moram nas regiões onde elas atuam. Essa “solidariedade” do agronegócio pode ser vista por meio das doações de equipamentos baratos para hospitais locais, que já estão sucateados, assim como o SUS.

Há muitos anos, os Movimentos Sociais vêm denunciando e evidenciando as ações desumanas das empresas deste setor, bem como seu desrespeito com a natureza e com a vida das pessoas. Agora, com a pandemia, isso ficou mais exposto.

Outro tema em questão no Rio Grande do Sul é a mineração. Atualmente, existem mais de 2.600 projetos de mineração sendo estudados e entrando em processo de outorga no estado. Ao mesmo tempo, as organizações sociais já estão debatendo e se organizando para combater esta atividade impactante para os territórios.

Então, está claro que esta lógica do capital está falindo e ela pode nos destruir. Por isso, este momento é crítico e muito sensível. Porém, também é o momento de escancarar, muito bem escancarado, tudo que os Movimentos vêm criticando há anos.

O AGRONEGÓCIO

**NUNCA PAROU NESTA
PANDEMIA, POIS SUA
PRIORIDADE É A
PRODUÇÃO DE
COMMODITIES E A
GERAÇÃO DE LUCROS**

AS MÚLTIPLAS FACES DO CAPITAL E A LUTA DOS
POVOS EM DIFERENTES TERRITÓRIOS BRASILEIROS

A LUTA QUILOMBOLA CONTRA OS DESERTOS VERDES NO ESPÍRITO SANTO

João Guimarães

Quilombola da Comunidade Angelim 1 / ES

O extremo norte do Espírito Santo é uma região fortemente impactada pelo agronegócio, principalmente: o eucalipto, a cana de açúcar e a bovinocultura extensiva. Devido aos impactos ambientais gerados por estas atividades, a região está suscetível à desertificação.

As transformações nesse território iniciaram-se na década de 1960, quando a Revolução Verde chegou na região por meio dos monocultivos de eucalipto. Porém, esta região já era historicamente ocupada por diversas comunidades tradicionais: quilombolas, indígenas, agricultores, caiçaras, fundo de pasto. Essas populações tinham o direito de uso e a propriedade da terra.

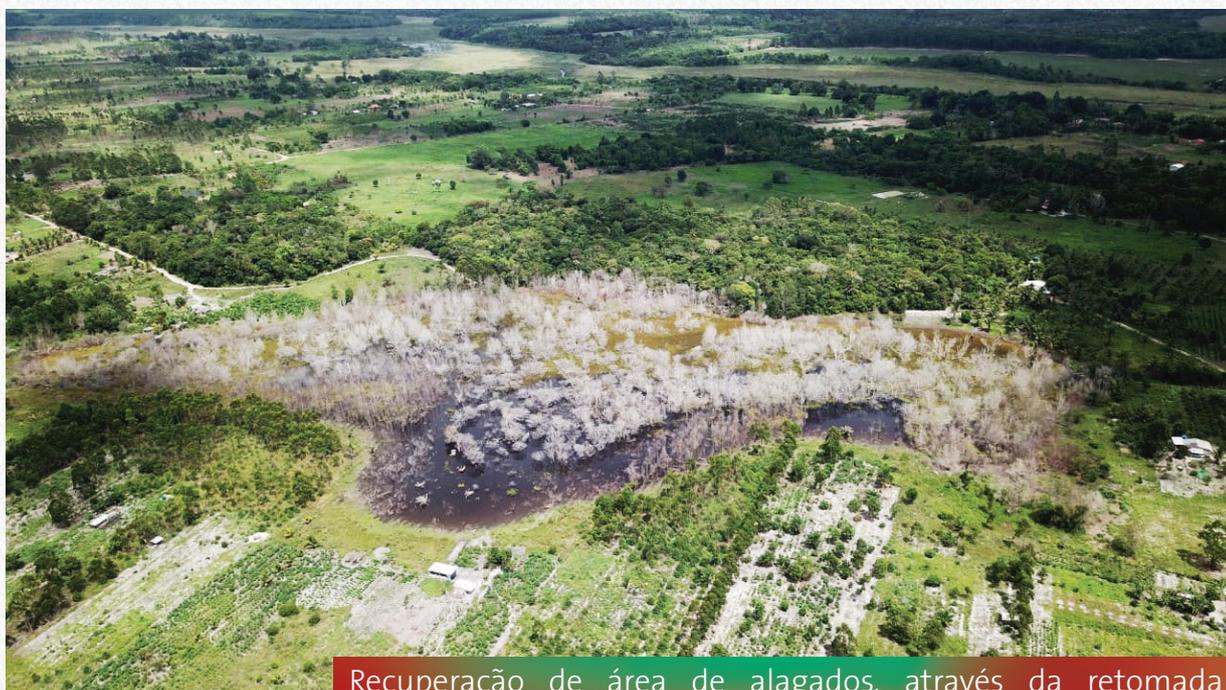
Na comunidade de Sapê no Norte, nos anos 60 e 70, viviam aproximadamente doze mil famílias em um território de cento e quinze mil hectares. Para os quilombolas que viviam neste território, a terra era de uso coletivo e também tinha um valor sagrado por carregar a história de seus ancestrais. Quando a Aracruz Celulose chegou na região, esse território começou a ser expropriado, com o apoio e incentivo do estado.

Já nos anos 2000, foi realizada uma pesquisa de território, e só existiam 1.200 famílias. Em seguida, mantendo a estratégia de manter no território sem que deixasse rastro de destruição faz a troca de nomes, passando de Aracruz Celulose S.A para Fibria S.A. Embora tentam diminuir impactos, ela será

responsável pela saída de muitas famílias, ou seja, 90% da população quilombola do território do Sapê do Norte foi expulsa do campo para dar lugar ao eucalipto. Muitos agricultores foram convencidos a vender suas terras, muitas de maneira irregular, pelo argumento de que a vida na cidade era melhor e teriam emprego.

Setenta anos se passaram, agora a Fibria se chama Aracruz Celulose, e os impactos continuam. Porém, nos últimos dez anos, vem ocorrendo outras transformações no território. Os impactos no território do Sapê do Norte causados pela Aracruz, e suas antecessoras, é incalculável.

No município de Conceição da Barra, no Espírito Santo, as estimativas são que 65% das terras agricultáveis estão ocupadas por cultivos de eucalipto, outros 18% de cana, e o restante por agricultura. Diante desta realidade, as organizações sociais dos quilombolas vêm acompanhando o avanço do agronegócio e fazendo o enfrentamento a esse modelo de produção destruidor.



Recuperação de área de alagados, através da retomada quilombola na Comunidade Angelim 1, município Conceição da Barra-ES

Concomitante, a luta pelo reconhecimento do território, ainda não titulado, as famílias quilombolas estão realizando ocupações em áreas que originalmente pertenciam aos seus antepassados. É um processo difícil, pois desde 1960 as empresas conseguiram regularizar as terras e possuem os documentos.

No entanto, o trabalho de retomada e reconhecimento do território vem sendo feito graças aos registros que as comunidades possuem, e conseguem comprovar o processo histórico de ocupação. Com isso, eles vêm conseguindo mostrar como as terras foram brutalmente expropriadas das famílias.

A Aracruz Celulose ainda continua se aproximando das comunidades, até mesmo das famílias que possuem pequenas glebas de terra que restaram nas beiras do rio. A empresa continua fazendo o diálogo da farsa social, que na verdade é uma farsa sustentável, por meio do Plano de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT). O plano trata do tema da agroecologia, e isso é um perigo, porque é uma captura de um tema dos movimentos sociais.

Além disso, também existe a farsa para criar um relatório sustentável que é enviado aos clientes europeus e norte-americanos, de que no território não existem problemas. Porém existem muitos problemas.

As transformações para melhor estão ocorrendo porque a organização dos quilombolas está trabalhando em prol da água, da agricultura e com as retomadas quilombolas há dez anos. As comunidades estão desenvolvendo projetos a partir de sua concepção de agroecologia, em parceria com os movimentos sociais. Graças a esse processo de retomada e recuperação do território, as comunidades já revitalizaram córregos e conseguem produzir alimentos.

90% DA POPULAÇÃO

**QUILOMBOLA DO
TERRITÓRIO DO SAPÊ
DO NORTE FOI EXPULSA
DO CAMPO PARA DAR
LUGAR AO EUCALIPTO**

AS MÚLTIPLAS FACES DO CAPITAL E A LUTA DOS
POVOS EM DIFERENTES TERRITÓRIOS BRASILEIROS

OS PATAXÓS E A DEFESA DO TERRITÓRIO INDÍGENA NO SUL DA BAHIA

Mãdy Rodrigo Pataxó
Terra Indígena Comexatiba/Pataxó/BA

A luta dos povos indígenas não é uma luta solitária. Existem outros movimentos sociais que também estão lutando contra o mesmo inimigo. Porém, as populações originárias vêm sofrendo muito nos últimos anos, principalmente com o governo Bolsonaro, que vem incentivando cada vez mais o avanço do agronegócio.

No território do povo Pataxó não é diferente. Na Terra Indígena Comexatiba, foi onde houve o primeiro contato com os portugueses, segundo relatado pela história. Desde então, houve um processo histórico de violência e extermínio dos povos indígenas. Para lutar e resistir, as comunidades vêm se organizando para lutar por seus territórios.

Dentro da Terra Indígena Comexatiba, que está no entorno do Monte Pascoal, existem 22 aldeias Pataxó. O reconhecimento do território foi publicado no Diário Oficial da União no ano de 2015. Porém, o processo de demarcação vem se arrastando com muita dificuldade e violência contra as comunidades. Por trás de tudo isso está o agronegócio.

O território do povo Pataxó vem, de governo em governo, sofrendo ataques e tentativas de diminuição dos limites. São muitos crimes contra este povo, e mais tentativas de esconder as ilegalidades debaixo do tapete, e toda violência que o Estado vem cometendo.

Na região onde está a TI Comexatiba existem grandes empreendimentos, mas também existem sobreposições aos territórios indígenas: os Parques Nacionais do Monte do Descobrimento, áreas de fazenda, Projetos de Assentamento, empreendimentos turísticos, urbanização desordenada, especulação imobiliária e as multinacionais do setor de celulose e papel, representada pela Suzano Celulose.

No território indígena também existem áreas de Mata Atlântica, que está cercada por monoculturas de eucalipto. Para as comunidades, tudo isso é um pesadelo, pois impacta diretamente a Terra Indígena, secando o solo e os rios. Além disso, o uso de veneno nas monoculturas de eucalipto também leva mais pragas e doenças para as plantações dos indígenas.

As empresas, como a Suzano, assediam as comunidades e lideranças oferecendo parcerias. E por meio desta estratégia, elas conseguem plantar uma grande área de eucalipto dentro dos territórios. Em toda a região em torno dos Parques Nacionais do Monte Pascoal e do Descobrimento não existe zona de amortecimento nenhuma, e também estão ocupadas por monocultivos.

Não existe fiscalização de nenhum órgão ambiental, nem do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) e nem do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). As licenças ambientais são liberadas facilmente para que o agronegócio avance com seu pacote tecnológico, destruindo a natureza.

OS PLANTIOS CONTINUAM E A

DESTRUIÇÃO

**ESTÁ AVANÇANDO, E AS
EMPRESAS ESTÃO LUCRANDO
CADA VEZ MAIS COM A
DESTRUIÇÃO DOS
TERRITÓRIOS INDÍGENAS**

Diante deste quadro, estão sendo feitas denúncias e dossiês, além de manifestações localmente e em Brasília. Uma importante parceria nesse movimento é com o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), que dá suporte jurídico às comunidades indígenas. Além desse parceiro, o movimento dos Pataxós vem estreitando laços com o MPF (Ministério Público Federal). Como exemplo disso, ano passado foi entregue um documento ao MPF em Teixeira de Freitas/BA, solicitando que o órgão realizasse uma audiência entre a multinacional Suzano e as comunidades indígenas. As comunidades exigem a descontaminação de seus territórios e a retirada dos plantios de eucalipto das suas áreas. Porém, a mudança de procurador e a pandemia atrapalharam esses diálogos.

E agora, durante a pandemia, a Suzano não parou. Neste período houve a colheita do eucalipto dentro do território indígena, com um intenso movimento de carretas que transportam a madeira.

Em uma ação “solidária”, a Suzano doou um kit de material escolar nas aldeias Pataxós. Porém, isso não apaga todo o impacto e violência dessa empresa contra os indígenas. A reivindicação deles é a descontaminação do território e interrupção dos plantios de eucalipto. Porém, os plantios continuam e a destruição está avançando, e as empresas estão lucrando cada vez mais com a destruição dos territórios indígenas.

Também existem relatos de violência e pistolagem por parte do agronegócio contra lideranças, que se sentem acuadas em suas aldeias. Para lidar com esta realidade complexa, os pataxós buscam formas de se organizar e se comunicar, como por exemplo por grupos de WhatsApp. Porém, eles frisam a importância de ampliar esse diálogo com outros setores da sociedade e movimentos sociais para unificar a luta e barrar essa violência. Por fim, faz-se necessário “a gente agir logo, agir rápido, agir junto, e conseguir vencer esse avanço da destruição dos territórios”.

AS MÚLTIPLAS FACES DO CAPITAL E A LUTA DOS
POVOS EM DIFERENTES TERRITÓRIOS BRASILEIROS

A ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES DA SUZANO

Anthony Dantas

*Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras nas Indústrias de Celulose,
Papel do Sul do Maranhão (SINDCELMA Imperatriz/MA)*

Joaquim Artur

Sindicato dos Trabalhadores Químicos e Papeleiros (SINTICEL/ES)

A cidade de Imperatriz, conhecida como o portal da Amazônia, no Maranhão, é a segunda maior economia do Estado. Está localizada na Região Tocantina, fazendo limite com Região Pico do Papagaio no Estado do Tocantins, O recorte Territorial é contemplado com Unidades de Conservação: três Reservas Extrativistas, sendo a RESEX do Ciriaco, a RESEX Mata Grande e RESEX do Extremo Norte (Estado do Tocantins); e uma Reserva Biológica, REBIO Gurupi, além do Parque Nacional das Chapadas das Mesas, nos municípios de Carolina, Riachão e Estreito do Maranhão.

No Recorte Territorial existem comunidades tradicionais, como os ribeirinhos, já que a cidade está às margens do Rio Tocantins, onde também se localiza a Indústria de Celulose e Papel da companhia Suzano S. A, a maior produtora de celulose do Mundo. Também existem as comunidades tradicionais das quebradeiras de coco, que é bastante presente nessa região, além das Terras Indígenas das etnias Guajajara, Gavião e Krikati.

É neste contexto que a companhia Suzano se instalou em 2009. Já no ano de 2010, iniciou-se o processo de compras de terras, tendo a estratégia de compra de propriedades abrangendo os estados do Pará, Tocantins e Maranhão. Em 2011, iniciou-se a implantação da sua indústria. A princípio, a produção seria de 1,5 milhões de toneladas de celulose/ano. E aos poucos, fazendo atividades de otimização da sua indústria, ela aumentou ainda mais a produção para aproximadamente 1,7 milhões de toneladas de celulose.

No ano de 2011, com a indústria funcionando, houve a chegada de trabalhadores de outras regiões já industrializadas, como São Paulo. Lá, eles se depararam com uma realidade de pobreza e iniciaram o processo de industrialização. A empresa foi a primeira indústria a instalar-se na região.

Em seguida, iniciou-se o processo de diálogo com os trabalhadores. Para surpresa dos trabalhadores, surgiu um sindicato sem anuência dos trabalhadores, que foi fundado em 1992, a partir de projeto de Indústria de Celulose que não teve êxito. Porém, os trabalhadores não o reconheceram e decidiram fundar outro sindicato. Em 2014, eles se organizaram e criaram o SINDCELMA (Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores e Trabalhadoras nas Indústrias de Papel e Celulose da Região Sul do Maranhão). Eles seguiram todos os trâmites legais, e solicitaram o registro no Ministério do Trabalho.

Desde então, os trabalhadores organizados no SINDCELMA relatam diversas tentativas de desarticulação e destruição da entidade, por parte da Suzano. Essa atitude da empresa vai de encontro aos princípios do FSC (sigla em inglês do Conselho de Manejo Florestal), que é uma certificação internacional, que garante aos trabalhadores o direito de se organizarem.

Em 2017, o sindicato (que não atende os anseios da categoria) conseguiu uma liminar por meio da Vara do Trabalho de Barra do Corda, a 300 km de distância de Imperatriz, impedindo os trabalhadores de fazerem ação sindical, passivo à multa pela desobediência jurídica. A liminar impedia os trabalhadores e trabalhadoras de organizar a categoria e viabilizar o funcionamento do sindicato.

AS AÇÕES DA SUZANO, PARA AMENIZAR O IMPACTO DA PANDEMIA, NÃO SURTIRAM EFEITOS. POR CONTA DISSO, HOVERAM MUITOS

CONTÁGIOS

POR CORONAVÍRUS EM IMPERATRIZ E REGIÃO

De lá para cá, o SINDCELMA vem travando várias batalhas jurídicas, inclusive questionando a atitude antissindical de uma companhia que deveria respeitar os direitos dos trabalhadores de se organizarem. No entanto, os trabalhadores só conseguiram vitórias na segunda instância, onde há o colegiado dos desembargadores. Nessa instância, os trabalhadores tiveram o direito de se organizarem reconhecido, o que inclusive segue o princípio 87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho): a liberdade sindical.

Uma outra situação em que a Suzano tentou atrapalhar a organização de seus trabalhadores foi logo após a reforma trabalhista. Na ocasião, a empresa alegou que o sindicato não tinha autorização para funcionar, e impediu que fosse feita a arrecadação das mensalidades da contribuição sindical, mesmo com autorização da Justiça para isso.

Esses episódios demonstram uma prática recorrente da Suzano para tentar neutralizar e enfraquecer a organização dos trabalhadores. Segundo o SINDCELMA, a companhia vem, de forma perversa, praticando política antissindical. E essa realidade também se repete em outros estados onde o grupo Suzano atua, conforme foi debatido em encontros com outros sindicatos de trabalhadores do setor de celulose no ano de 2016.

Mais recentemente, no contexto da pandemia do coronavírus, a empresa não parou suas atividades, trabalhadores de chão de fábrica continuam a produzir riqueza ao grupo, utilizando da argumentação de serviços essenciais. Muitos destes foram contaminados pela Covid-19 na cidade de Imperatriz. Os trabalhadores de campo, que trabalham diretamente com os plantios, também não pararam. A única categoria que deixou de ir ao local do trabalho temporariamente foi o setor administrativo, que teve se adaptar com a nova modalidade, o Home Office, em que os custos de energia, internet e adaptação do espaço de trabalho ficaram para o trabalhador.

Segundo relatam os trabalhadores, as ações da Suzano, para amenizar o impacto da pandemia, não surtiram efeitos. Por conta disso, houveram muitos contágios por coronavírus em Imperatriz e região. Tudo isso vem causando a revolta dos trabalhadores, pois é uma relação de trabalho muito desigual.

Já no estado do Espírito Santo, onde o grupo Suzano também está presente, também as práticas antissindicais se repetem, neste caso contra o SINTICEL/ES (Sindicato dos Trabalhadores Químicos e Papeleiros). Práticas desrespeitosas contra os trabalhadores são antigas, e já existiam quando a Suzano ainda se chamava Aracruz Celulose e Fibria.

E o desrespeito aos trabalhadores também continuou durante a pandemia. Dois trabalhadores do grupo Suzano faleceram por conta de complicações da Covid-19 na cidade de Aracruz. A empresa sequer prestou assistências às famílias destes trabalhadores. No entanto, essa empresa divulga aos quatro cantos que ela se preocupa com a comunidade.

Nas indústrias da Suzano no estado do Espírito Santo, os problemas durante a pandemia são similares aos do Maranhão. Os trabalhadores do setor administrativo puderam trabalhar em casa, enquanto os que trabalhavam no chão de fábrica tiveram que continuar.

No início da pandemia, a empresa dava apenas uma máscara para cada trabalhador, quando o recomendado pela OMS (Organização Mundial da Saúde) seria trocar este EPI (Equipamento de Proteção Individual) a cada duas horas. Já na televisão, o presidente da empresa dizia que estava doando respiradores, máscaras etc. O SINTICEL denunciou essa situação ao MP (Ministério Público), e a empresa passou a distribuir mais máscaras para os trabalhadores. Ainda durante a pandemia, a empresa queria aumentar o ritmo de trabalho dos funcionários para aumentar a produção. Novamente, o sindicato fez uma denúncia ao MP.

A Suzano, que atualmente é uma das maiores produtoras de celulose do mundo, não se preocupa com seus trabalhadores e nem com as comunidades onde atua. A única preocupação dela é aumentar o lucro.

A SUZANO, QUE ATUALMENTE É UMA DAS MAIORES PRODUTORAS DE CELULOSE DO MUNDO, NÃO SE PREOCUPA COM SEUS TRABALHADORES E NEM COM AS COMUNIDADES ONDE ATUA. A ÚNICA PREOCUPAÇÃO DELA É

AUMENTAR O LUCRO

AS MÚLTIPLAS FACES DO CAPITAL E A LUTA DOS
POVOS EM DIFERENTES TERRITÓRIOS BRASILEIROS

OS PESCADORES VÃO AO MAR DEFENDER A BAÍA DE GUANABARA

Alexandre Anderson
Associação Homens e Mulheres do Mar (AHOMAR/RJ)

No contexto da Baía de Guanabara (RJ), onde a AHOMAR atua, existe um “pacote” de maldade. Este ano, quando iniciou a pandemia e, conseqüentemente, o isolamento social, iniciou-se também um processo de repressão e o ataque aos defensores e defensoras dos territórios.

Em uma ação da Marinha, um pescador foi baleado. Organizações aliadas fizeram uma campanha para apoiar o tratamento do pescador, que ainda está internado. Além disso, também houveram assassinatos de lideranças.

Mesmo com a pandemia avançando, alguns pescadores continuaram desenvolvendo as suas atividades. Porém, houve a queda de preço do pescado, o que diminuiu o rendimento dos pescadores.

Ainda neste contexto, os órgãos de fiscalização ambiental, que deveriam fiscalizar o meio ambiente, estão fiscalizando os pescadores. Alguns pescadores também relatam ações truculentas da polícia marítima.

As lideranças da AHOMAR também denunciam que as doações anunciadas pelas empresas não chegaram às comunidades. Segundo eles, há algumas ONG's que fazem ações com segundos interesses e utilizam as comunidades para esconder suas reais intenções. Algumas ONG's e institutos estão implantando os PEA's (Programas de Educação Ambiental). Porém, em nenhum momento os pescadores foram escutados.

Para atuar de maneira mais eficiente, a AHOMAR conta com o apoio de algumas ONG's. Com isso, a Associação consegue desenvolver ações de fiscalização contra crimes ambientais e ações irregulares por parte de órgãos do Estado.

Enquanto a polícia marítima fiscaliza e pune pescadores, grandes empresas petroleiras continuam cometendo crimes ambientais e derramando óleo na Baía de Guanabara. Também há denúncias contra empresas que jogam seus esgotos na Baía.

Por fim, é importante frisar a relevância da AHOMAR, que faz um trabalho de monitoramento ambiental participativo, ao mesmo tempo que faz a luta diária em defesa dos pescadores.

**ENQUANTO A POLÍCIA MARÍTIMA
FISCALIZA E PUNE PESCADORES,
GRANDES EMPRESAS PETROLEIRAS
CONTINUAM COMETENDO**

**CRIMES
AMBIENTAIS**

**E DERRAMANDO ÓLEO NA BAÍA DE
GUANABARA.**

[CAPÍTULO 4]

A SOLIDARIEDADE DOS POVOS ENTRE LUTAS E RESISTÊNCIAS

Diante dos relatos apresentados, percebe-se o comportamento sistêmico do capital, representado pelas transnacionais, que destrói territórios e explora seus trabalhadores. No entanto, é necessário visibilizar os processos de resistência e as redes de solidariedade que se constroem nos territórios ante essas realidades.

As comunidades quilombolas do norte do Espírito Santo, por exemplo, estão na luta para recuperar seu território por meio das retomadas. E neste processo, eles fazem o trabalho de acompanhamento para implementar a transição agroecológica. Este trabalho de conversão vem contribuindo para recuperar nascentes e córregos antes degradados pelos monocultivos. Tudo isso, segundo lideranças, vem sendo realizado de maneira autônoma, com muita coragem e firmeza diante dos sucessivos ataques das empresas e do Estado.

No sul do Brasil, em Herval, Rio Grande do Sul, os movimentos sociais estão resistindo, organizando-se e construindo articulações para lutar. Essas articulações vão desde processos locais até processos internacionais a nível de América Latina. Graças a isso, eles conseguem ecoar vozes que muitas vezes não são escutadas e, assim, visibilizar as opressões que ocorrem localmente.

Já para os Pataxós, no sul da Bahia, a resistência e luta contra a Suzano vem se dando também no campo judicial, por meio de denúncias ao Ministério Público. Além disso, eles consideram essencial reforçar o diálogo nas bases e ampliar as redes. Outra ação importante, no território Pataxó, é por meio da agroecologia, principalmente com a juventude.

Os trabalhadores do grupo Suzano, tanto no Maranhão quanto no Espírito Santo, estão na luta para garantir as condições de trabalho e a saúde dos trabalhadores no atual contexto da pandemia. Apesar das particularidades, já que no Maranhão existe ainda um processo de reconhecimento e perseguição do sindicato, as organizações dos trabalhadores seguem trocando experiências e se solidarizando com as lutas que cada um constrói em seus territórios.

Por fim, a solidariedade que une e fortalece essa resistência é a solidariedade real. Os pescadores de todo Brasil estão se organizando, os sindicatos estão se articulando, as organizações estão se mobilizando. Tudo isso é essencial e aponta caminhos e alternativas para desconstruir a farsa da solidariedade S/A, pilar fundamental da arquitetura que permite às empresas transnacionais se manterem impunes como atores centrais no sistema capitalista neoliberal.

**A SOLIDARIEDADE QUE
UNE E FORTALECE
ESSA RESISTÊNCIA É A**

**SOLIDARIEDADE
REAL**

**CONTRA A FALSA SOLIDARIEDADE DA EMPRESAS EM TEMPOS DE PANDEMIA
A SOLIDARIEDADE DOS POVOS EM SUAS LUTAS E RESISTÊNCIAS**